

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Consumidor pagará indenização de elétricas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Ranço ideológico e vida real	3
Título: Tribunal deve liberar nesta quarta venda de ativos da Petrobras.....	5
Título: Pouco sobrou para Eike Batista as empresas de seu império	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Empreiteira chinesa compromete prazo de Belo Monte	7
Título: Raízen investe R\$ 200 milhões no Maranhão.....	8
Título: TCU discute venda de ativos da Petrobrás	10
Título: Justiça impede negócios de US\$ 385 milhões	11
Título: Acionista quer sair da Energisa	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Conteúdo local pode ter regra de transição, diz Padilha.....	12
Título: Indenização a transmissoras de energia já chega à tarifa	13
Título: Remuneração às transmissoras não deve sofrer revés	14
Título: Aneel aprova venda Celg D	17
Título: Após cinco anos, ISA volta a investir em transmissão no Brasil	17
Título: Aneel já autoriza cobrança no reajuste para Energisa	19
Título: Ano novo chinês ajuda os preços do minério e dos metais.....	20
Título: Mineradora tem de fazer "dever de casa" para crescer	22
Título: Justiça suspende venda de ativo da Petrobras	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Consumidor pagará indenização de elétricas**

Parte da alta prevista de 8,55% da Light se refere a compensação de transmissoras.

O governo resolveu abrir mão de rediscutir uma fatura de R\$ 55 bilhões que se refere a indenizações prometidas a transmissoras de energia elétrica desde 2012. Essa conta corresponde a quase 3 pontos percentuais do aumento total de 8,55% que a conta da Light poderá ter em breve por causa da revisão de seu contrato, mas o efeito será generalizado para todo o país a partir deste ano. Em 2012, ao determinar a redução das contas de luz em 20%, a ex-presidente Dilma Rousseff renovou os contratos de geração e transmissão de energia reduzindo a receita dessas empresas. No caso das transmissoras mais antigas, o governo reconheceu que parte dos investimentos não foi amortizada e, portanto, as empresas teriam direito a indenizações.

Foi com base nessa premissa que muitas transmissoras, a maior parte delas da Eletrobras, decidiram aderir à proposta de renovação de contratos com receita menor. O pagamento das indenizações prometidas em 2012 começará a ser feito neste ano. Daí o impacto nas contas de luz de até 5% este ano. Em razão disso, consumidores pressionam para que o pagamento seja revisto. Para o governo, porém, o pagamento dessas indenizações, ainda que custosa, refere-se a uma promessa que não pode ser descumprida. Em nota enviada ao GLOBO, o Ministério de Minas e Energia explicou que um dos seus valores é dar previsibilidade aos regras do setor.

“A Portaria 120, publicada ainda no governo anterior, já gerou expectativas nos agentes e agora caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regular a matéria, que está em audiência pública, onde os interessados podem manifestar suas visões”. Ontem, no primeiro reajuste de tarifas definido no ano, a Aneel incorporou o pagamento das indenizações às transmissoras no cálculo da conta da Energisa Borborema, cuja taxa foi reduzida em 1,91%. Mesmo que o início do pagamento esteja previsto para julho e a questão ainda seja debatida pela Aneel, a diretoria acolheu o pedido da Energisa Borborema para incorporar o custo às contas de luz a partir de sábado.

Antes mesmo de o governo fechar uma posição sobre as indenizações, entidades representantes de consumidores já ameaçavam ir à Justiça contra a cobrança. Ontem, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace) ainda confiava em saída negociada.

— Temos confiança de que o governo tratará do assunto com a devida importância. Temos uma conversa na quinta-feira (amanhã) com o ministro para mostrar a preocupação com o impacto para os consumidores. Continuamos dispostos a colaborar e a dialogar — disse Edvaldo Santana, presidente da Abrace.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Pedro Parente*

Título: Ranço ideológico e vida real

A Petrobras, recentemente, foi alvo de polêmica por ter convocado somente empresas "estrangeiras" para participar da concorrência para a construção, no Rio, da unidade de processamento do gás do pré-sal.

O fato revela total desconhecimento das diretrizes da Petrobras, além de um ranço ideológico do mesmo tipo que sustentou a intervenção estatal que tanto prejuízo trouxe ao país nos últimos anos e cuja expressão mais dramática são os atuais 12 milhões de desempregados.

Ideologias, quando levadas ao extremo, tornam as pessoas impermeáveis a argumentos e fatos. Discutir a origem do capital investido no Brasil é um exemplo. Superada pela Constituição, que não faz distinção entre capital nacional e estrangeiro, essa discussão tem pouca utilidade na vida real.

A maioria dos brasileiros vai trabalhar diariamente em veículos de marcas globais fabricados no Brasil; falamos ao celular em aparelhos com peças importadas do mundo inteiro; a maior parte das ações da bolsa brasileira é de investidores estrangeiros.

No setor de óleo e gás, o intervencionismo estatal se materializou na "Política de Conteúdo Local" (PCL). A exigência de um conteúdo local muito acima da capacidade da indústria impôs prejuízo significativo ao governo e ao setor. Quem diz isso não é a Petrobras, mas o Tribunal de Contas da União, que em auditoria recente concluiu que "existe um alto custo da política, em função da baixa competitividade da indústria nacional".

Na Petrobras, além dos custos mais elevados apontados pelo TCU, houve atrasos de mais de três anos na entrega de 12 plataformas.

Isso significa que a Petrobras -e em última instância a sociedade brasileira, sua maior acionista- está subsidiando as empresas desses setores e os governos

federal, estaduais e municipais, deixando de arrecadar R\$ 33 bilhões em oito anos por causa dos atrasos nos investimentos ou no início da produção.

Voltemos à polêmica sobre a concorrência da Petrobras. Na vida real, o que interessa são investimentos realizados e transformados em empregos, renda, impostos e qualidade de vida.

Adir Freitas, 61, está há 40 anos na filial brasileira da Schlumberger, maior empresa de serviços de petróleo do mundo. Trabalhou 32 anos em plataformas até tornar-se supervisor. Orgulha-se de ter conseguido formar um filho engenheiro e ter uma filha cursando administração. A empresa está no Brasil desde 1945, gera empregos e paga impostos aqui, apesar da origem com capitais franceses.

Ademir Klitze, 43, trabalha há 23 anos na WEG, empresa brasileira fundada em 1961. É técnico de montagem de motores e geradores, tem casa própria e a renda necessária para criar os dois filhos. A WEG tem 35 fábricas em 12 países. Produz equipamentos para os setores de óleo e gás, petroquímica, papel e celulose e siderurgia. Também gera empregos e paga impostos aqui.

Que não haja dúvida: a Petrobras defende uma política de conteúdo local que ajude a indústria a ser competitiva globalmente e está disposta a contribuir para isso. A política precisa incentivar a inovação, as parcerias, a produção com qualidade, custos e prazos adequados. Deve estimular novas histórias de sucesso, como as das empresas em que trabalham Adir e Ademir.

Quando o Brasil registra 12 milhões de desempregados, com todas as consequências disso na vida das pessoas e suas famílias, custa-me acreditar que sinalizamos despreço ao investimento no país. Deveríamos estar empenhados em atrair novos investidores e em criar o ambiente necessário para que o capital disponível no mundo venha para o Brasil.

Esta é a verdadeira escolha: entre o ranço ideológico, que a poucos beneficia, e a dignidade e o bem-estar que um novo emprego pode proporcionar a milhões de brasileiros e a suas famílias.

Pedro Parente é presidente da Petrobras. Foi ministro da casa civil (Governo FHC)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Dimmi Amora**Título:** Tribunal deve liberar nesta quarta venda de ativos da Petrobras

A venda de ativos da Petrobras deve ser liberada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) nesta quarta-feira (1º).

No fim de 2016, o ministro José Múcio permitiu que a estatal fizesse a venda de cinco ativos, avaliados em US\$ 3,3 bilhões, que englobam empresas sob o controle da estatal e campos de petróleo, que já estavam negociados. Mas outras negociações da estatal tiveram a venda bloqueada enquanto o órgão analisava se os procedimentos da empresa para fazer as negociações estavam adequados à lei.

A Petrobras tinha a meta de vender US\$ 15,1 bilhões em ativos até o ano passado –foram US\$ 13,6 bilhões– e mais US\$ 19,5 bilhões até 2018, com o intuito de reduzir sua dívida.

A Folha apurou que os técnicos do órgão de controle e a diretoria da empresa chegaram a um acordo sobre os pontos principais em relação à venda de ativos.

A Petrobras concordou em dar maior transparência a essas vendas, informando desde o início do processo sobre o que vai ser vendido, nos casos em que a empresa já anunciou desinteresse no setor, e não apenas a possíveis compradores, como vinha sendo feito.

Além disso, a diretoria da empresa vai ter que exercer um maior controle sobre esse tipo de negociação. Até agora, os diretores só aprovavam o início do processo, quando o ativo era colocado à venda, e o fim da negociação, quando a compradora era escolhida e os valores eram apresentados.

A negociação era tocada apenas pelos diretores setoriais da estatal. Agora, todos os diretores da petroleira terão de aprovar as etapas da negociação, e não apenas o início e o fim do processo.

JUSTIÇA

Com a concordância da empresa em mudar a metodologia de venda, o plenário do órgão de controle tende a dar parecer favorável à revogação de uma liminar do fim do ano passado que impedia a continuidade do processo de venda de participações da estatal em vários projetos.

Mas, ainda que o TCU libere as vendas de ativos da Petrobras, o que mais atrapalha hoje algumas negociações é o bloqueio por causa de decisões judiciais.

A venda de pelo menos quatro ativos, entre campos de petróleo e empresas controladas pela estatal, está impedida por decisões liminares de tribunais de Justiça.

Uma delas é a venda da petroquímica Suape e da Citepe (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco), negociada com o Grupo Petrotemex e a Dak Americas Exterior, subsidiárias da Alpek, por US\$ 385 milhões, mas bloqueada por liminar da Justiça Federal em Sergipe nesta terça (31). O mesmo tribunal bloqueou a venda de um campo de petróleo para a empresa australiana Karoon Gas e também da BR Distribuidora, empresa que controla postos de combustíveis, o que é avaliado como o maior dos ativos da estatal que estão à venda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Renata Agostini

Título: Pouco sobrou para Eike Batista as empresas de seu império

Das empresas do chamado "Império X" pouco sobrou nas mãos de Eike Batista, preso na segunda-feira (30) pela Polícia Federal.

O controle de algumas, como a LLX, foi vendido. Dona do porto do Açú, passou a se chamar Prumo após os americanos da EIG a assumirem.

Em outras, como na de energia MPX (rebatizada de Eneva), a fatia de Eike foi drasticamente diluída enquanto sócios colocavam dinheiro para salvá-la — nesta, possui hoje menos de 1%.

Quase tudo o que lhe restou após o desmonte do grupo X foi repassado ao Mubadala, fundo de Abu Dhabi, que em 2012 colocou US\$ 2 bilhões na EBX. Com o fundo, ficaram ações de Eike no Burger King, uma mina de ouro na Colômbia, uma fatia da LLX e de um porto da mineradora MMX, o Hotel Glória, entre outros imóveis.

Eike até mantém ações, mas das companhias mais problemáticas. Tem papéis da petroleira OGX, do estaleiro OSX e da MMX todas num difícil processo de recuperação judicial. Na petroleira, sua fatia de 13% será reduzida em breve para apenas 0,65% após nova rodada de negociações com credores.

Na esperança de sair do atoleiro, o empresário arquitetava seu retorno de seu escritório na Praia do Flamengo, no Rio. Ao lado de um pequeno grupo de executivos, tentava se enveredar no mercado de pastas de dente.

Ao todo, eram cerca de dez pessoas no local. Entre elas, o filho mais velho, Thor, e Lucia Lento, secretária que acompanha Eike há anos.

Chegou a comprar um naco numa empresa de oratória, a Vox2you. E tinha andado animado com a perspectiva de legalização dos jogos de azar no Brasil. Tentou encontros em Las Vegas. Era nos EUA que mais buscava reuniões.

"Aqui andava difícil para ele", diz um executivo próximo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Empreiteira chinesa compromete prazo de Belo Monte

Sepco já foi multada pelo atraso nos trechos da hidrelétrica e dona do projeto exige que empresa subcontrate empreiteiras para ajudar.

A celebrada agilidade da indústria chinesa em projetos de construção civil não vale para a floresta amazônica. A entrega da linha de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte, maior projeto do setor no País, com 2,1 mil quilômetros de extensão e custo de R\$ 4,5 bilhões, está com seu cronograma totalmente comprometido, por causa de atrasos sucessivos nas obras da gigante chinesa Sepco, empreiteira que assumiu a responsabilidade de construir um trecho de 780 quilômetros do empreendimento. O atraso das obras já levou a Sepco a ser multada pelos donos do projeto, a concessionária Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), formada pela também chinesa State Grid (51%) e pela Eletrobrás (49%). Segundo apurou o Estado, essas punições já chegam a R\$ 8 milhões. Preocupada em cumprir os prazos de seu contrato de concessão, a BMTE também exigiu que a Sepco subcontrate outras empreiteiras para executar aquilo que ela ainda não fez.

O tempo é curto. Por contrato, a linha de transmissão, que parte do Rio Xingu, no Pará, e avança até a região Sudeste do País, tem de estar energizada daqui a um ano, mais precisamente no dia 12 de fevereiro de 2018. Dividida em oito lotes de 260 km cada, a malha da BMTE tem cinco lotes com o cronograma em dia. O problema está nos três lotes da Sepco. Das 1.508 torres que a empresa precisar erguer, apenas 515 foram instaladas até agora. Por isso, não houve nenhum lançamento dos cabos de alta tensão. Desde o ano passado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alerta a empresa para o atraso. No fim de

outubro, depois de visitar trechos do projeto, técnicos da agência concluíram pela necessidade de “atuação imediata da BMTE para que a entrada em operação do empreendimento não seja comprometida”.

As causas do atraso, segundo a Aneel, estão atreladas ao baixo rendimento da empreiteira chinesa nos trechos em que atua, falta de material para construção e, principalmente, dificuldades de acesso e de condições de trabalho por uma razão simples: os chineses não incluíram em seus roteiros o período chuvoso na região amazônica, entre novembro do ano passado e abril deste ano. Para a agência, a conclusão é simples. “Diante dos fatos apresentados, a fiscalização entende que há riscos no cronograma de execução da obra, que poderão comprometer a data 12/02/2018, estabelecida no contrato de concessão”, declarou em seu parecer. Questionado sobre a situação do projeto, o diretor técnico da BMTE, Armando Araújo, confirmou que tem pressionado a Sepco por uma solução no atraso. Apesar do descumprimento do cronograma, o executivo diz que a linha estará pronta dentro do prazo. “Estamos com 5,6 mil empregados trabalhando em toda a obra.

Até o fim de março essa situação com a Sepco deve estar resolvida. Vamos cumprir o cronograma, sem nenhuma dificuldade”, defende. Para Araújo, as causas do fraco desempenho dos chineses estão atreladas a questões administrativas. “Não é restrição de pessoal. Até porque, só no primeiro trecho, eles têm 1,1 mil pessoas trabalhando. Então o caso é de ineficiência mesmo. Há problema gerencial”, disse. A Sepco não comentou o assunto. Por meio de nota, declarou apenas que seu presidente “está na obra” e que “está muito ocupado”. Por isso, não daria entrevista. O eventual atraso na linha de transmissão impacta, diretamente, o consumidor de energia de todo o País em sua conta de luz, já que a energia gerada pela hidrelétrica de Belo Monte já foi contratada pelas distribuidoras. Com ou sem linha de transmissão, a usina tem que ser remunerada porque cumpriu sua parte no acordo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Raízen investe R\$ 200 milhões no Maranhão

Empresa vai construir uma base de distribuição de combustíveis no Porto de Itaqui; projeto deverá estar concluído dentro de dois anos.

Atraída pelo crescimento da economia do Centro-Oeste e parte da região Norte, especialmente por conta do desempenho do agronegócio, a Raízen vai investir R\$ 200 milhões de recursos próprios em uma base de distribuição de combustíveis (gasolina, diesel, querosene de aviação) no polo industrial de São

Luís, no Maranhão, no Porto de Itaqui. O empreendimento fica fora da área de concessão portuária. Ainda em fase de licenciamento ambiental, o projeto deve ser concluído em até dois anos e será o maior terminal de distribuição da companhia isoladamente, sem a participação de outros sócios. A base de distribuição vai ocupar uma área de dez hectares do governo do Maranhão pela qual a empresa pagou R\$ 1 milhão. A cifra equivale a 20% do valor de mercado do terreno, que a companhia desembolsou pelo seu uso, mediante o compromisso de geração de empregos e outras contrapartidas sociais.

Com a base de distribuição, a empresa quer dobrar em dois anos o volume de combustíveis que movimenta na região, hoje de 1,2 bilhão de litros por ano. “Estamos investindo para eliminar os gargalos, apesar da crise”, afirma Nilton Gabardo, diretor de Desenvolvimento de novos negócios e infraestrutura da Raízen. Ele conta que, desde que a Raízen foi formada, em 2011, a partir de uma associação entre a Shell e a Cosan, a companhia tinha intenção de ampliar a capacidade de distribuição na região, mas não conseguiu investir no porto por questões de legislação. Agora o projeto começa a se concretizar e deve, segundo Gabardo, reduzir o custo dos combustíveis localmente e garantir o abastecimento da rede de postos na região.

A empresa, segundo ele, não dava mais conta de atender aos postos da Shell na região, que inclui Maranhão, leste e sul do Pará, Tocantins e Piauí. Mais da metade do volume de combustíveis dessa área é movimentada por operadores logísticos. Isso representa custos adicionais, que oneram o preço dos produtos. A empresa tem 600 clientes na área de influência do terminal portuário de São Luís, entre postos Shell, postos com bandeira branca e clientes empresariais (B2B). “É um investimento para propiciar o crescimento da empresa nessa área geográfica que pega o meio do Brasil: Tocantins, Maranhão e leste do Pará, onde a fronteira agrícola ainda está se desenvolvendo”, observa o diretor. Ele lembra também que a sinalização da Petrobrás de que não pretende investir em logística e de que pode vender o controle acionário da BR Distribuidora acelerou o processo.

Arrecadação. A intenção da companhia de investir no Estado caiu feito uma luva para o governo do Maranhão. Simplício Araújo, secretário da Indústria e Comércio do Estado do Maranhão, informa que, ao contrário de outros Estados, as finanças do Maranhão estão em dia. Mas o projeto, nas suas contas, pode ampliar entre 10% a 15% a arrecadação de impostos com a venda de combustíveis pela Raízen, que é uma das principais geradoras de receitas para o Estado. Além disso, o secretário lembra que o investimento tem contrapartidas sociais, como a construção de cinco escolas e a geração de 700 empregos diretos e indiretos na fase de construção e mais 600 na operação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fábio Fabrini****Título: TCU discute venda de ativos da Petrobrás**

Liminar de dezembro proíbe operações por irregularidades, como falta de transparência.

O ministro José Múcio Monteiro, do Tribunal de Contas da União (TCU), vai propor hoje ao plenário da corte que libere a Petrobrás para voltar a vender seus ativos e empresas. Os projetos de “desinvestimento”, uma das principais estratégias da estatal para enfrentar a crise financeira, estão suspensos desde 7 de dezembro por uma decisão liminar, devido a irregularidades detectadas nos procedimentos adotados pela companhia. No voto que apresentará aos demais ministros, Múcio argumenta que, desde a decisão, a Petrobrás adotou uma série de medidas para ajustar sua sistemática de desinvestimentos de ativos e empresas às exigências do TCU. Ele vai sugerir que os negócios sejam retomados, mas que o tribunal continue monitorando os processos. As ações da estatal buscam aumentar o volume de recursos em caixa para fazer frente à alta dívida. Até junho do ano passado, já haviam sido concluídas 27 transações, que totalizaram aproximadamente US\$ 10 bilhões.

A projeção para o biênio 2015-2016 era de US\$ 15,1 bilhões e, para 2017-2018, de US\$ 46,2 bilhões. Ao deferir a liminar em dezembro, atendendo a um pedido da Petrobrás, o TCU só permitiu que cinco vendas, com receita prevista de US\$ 3,3 bilhões, fossem levadas adiante. Trata-se dos projetos batizados de Paraty 1, Paraty 3, Ópera, Portfólio 1 e Sabará. Entre outras irregularidades que a Petrobrás agora promete corrigir, o TCU apontou a falta de transparência e a possibilidade de direcionamento dos negócios. A corte listou a escolha do assessor financeiro dos processos sem consulta ao mercado, a liberdade da estatal para a definição de potenciais compradores, a chance de restrição do número de interessados nas aquisições de forma “arbitrária” e a permissão para que o objeto alienado fosse alterado “a qualquer momento”, mesmo em etapas avançadas de negociação.

Além disso, o TCU verificou que parcela considerável de atos relacionados à venda não era enviada à deliberação de órgãos diretivos da companhia, o que poderia “implicar consequências indesejadas ao processo de desinvestimento, macular as diretrizes fundamentais do procedimento licitatório, além de potencializar os riscos de ocorrência de atos ilícitos, como o direcionamento e o ajuste de preços das vendas, de modo similar às práticas desvendadas pela Operação Lava Jato.” Na ocasião, a companhia informou que se comprometia

com as correções solicitadas pelo TCU e reafirmou as metas de seu plano de desinvestimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Pedro Parente pede auditoria do balanço de 2016

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, pediu prioridade à conclusão da auditoria das demonstrações financeiras de 2016, que deve acontecer em um mês, e disse que repetirá na contratação da plataforma para a área de Libra o percentual de conteúdo local das últimas quatro embarcações contratadas para a Bacia de Santos. As informações foram comunicadas aos empregados, em carta na intranet da empresa segunda-feira. Ele pediu a participação “direta, diligente e prioritária” dos empregados na conclusão da auditoria, que, segundo Parente, é “essencial na recuperação da credibilidade” da petroleira.

Na carta, o presidente da Petrobrás ainda se posicionou sobre o conteúdo local adotado em suas licitações. Como tem afirmado reiteradamente, Parente ressaltou que não considera como critério de contratação em suas licitações o fato de as fornecedoras serem de capital nacional ou estrangeiro, como ocorreu no convite feito para a unidade de processamento de gás natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Justiça impede negócios de US\$ 385 milhões

A Justiça de Sergipe concedeu nova liminar contrária ao plano de desinvestimento da Petrobrás. A empresa foi impedida de concluir a venda da Companhia Petroquímica de Pernambuco e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe). O negócio seria aprovado pelos acionistas em assembleia ontem, mas foi retirado da pauta por causa da ação movida pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro-AL/SE). Intervenções judiciais impediram que a Petrobrás atingisse a meta de se desfazer de US\$ 15,1 bilhões no período de 2015 e 2016. Faltou vender US\$ 1,5 bilhão, transferido para a meta de 2017 e 2018, que passou a ser de US\$ 21 bilhões. Segundo a empresa, com os processos movidos pelo Sindipetro-AL/SE não foi possível vender os campos Tartaruga Verde e Baúna para a australiana Karoon Gas Australia no fim do ano passado. A Companhia Petroquímica de Pernambuco e a Citepe foram

negociadas por US\$ 385 milhões com o Grupo Petrotemex e a Dak Americas Exterior, subsidiárias da mexicana Alpek.

A venda foi aprovada pelo conselho de administração em 28 de dezembro, mas dependia da aprovação dos acionistas em assembleia. “A Petrobrás está tomando as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”, informou a empresa, em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ontem, os acionistas aprovaram unicamente a venda da distribuidora de GLP (gás de botijão) Liquigás à Ultragaz, do Grupo Ultra, por US\$ 2,6 bilhões. A Liquigás está presente em quase todos os Estados brasileiros e tem aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados. Os sindicatos dos empregados avaliam fazer uma greve em oposição ao programa de venda de ativos da Petrobrás. Ontem, após quase cinco meses de negociação, eles chegaram a um acordo sobre o reajuste salarial relativo a 2016, que será de 8,57%. Mesmo com o acordo, prometem continuar com o movimento de oposição à gestão de Pedro Parente na presidência da estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Fernanda Guimarães e Aline Bronzati

Título: Acionista quer sair da Energisa

Depois de uma oferta de ações bem sucedida no ano passado, de R\$ 1,5 bilhão, a Energisa poderá ter nova movimentação acionária. Um dos maiores detentores de papéis da empresa, Antônio José de Almeida Carneiro, conhecido como “Bode”, teria começado a sondar o mercado para vender sua fatia na companhia do setor elétrico. Ele, que possui cerca de 13% das units da Energisa por meio de dois fundos, estaria precisando levantar recursos para capitalizar a sua construtora, a João Fortes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Bruno Peres

Título: Conteúdo local pode ter regra de transição, diz Padilha

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou ontem que o governo está amadurecendo a posição a ser tomada na revisão da política de conteúdo local do setor de petróleo e gás. O ministro indicou a intenção do governo de propor regras de transição para as mudanças na obrigatoriedade de componentes nacionais na indústria.

Padilha tratou do assunto, sem detalhá-lo, em encontro com integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O tema havia sido debatido também na segunda-feira, durante reunião com ministros no Palácio do Planalto.

"É um tema que está amadurecendo dentro do governo para termos uma posição. Não como era, mas também não dá para romper de uma vez por todas com tudo aquilo que se tem, porque muitos empresários construíram seus negócios e suas empresas considerando aquela proposta que lá estava", disse o ministro da Casa Civil. "Temos que construir um meio termo para que se faça uma transição que seja tão indolor como possível", afirmou.

Padilha também procurou demonstrar otimismo com a perspectiva econômica para o país e citou indicadores e estudos diversos que apontam para uma melhora do ambiente macroeconômico, sobretudo em decorrência, em sua avaliação, de medidas adotadas pelo governo do presidente Michel Temer.

"O ajuste fiscal, com o teto [para o crescimento do gasto público] e a reforma da Previdência Social, especialmente, são os dois principais pilares do nosso ajuste fiscal", disse Padilha ao abrir reunião de grupo de trabalho do CDES. O encontro estava programado no cronograma de reuniões do Conselhão, mas não havia sido incluído na agenda do ministro-chefe da Casa Civil.

Padilha também afirmou a intenção do governo de propor no curto prazo medidas microeconômicas visando principalmente a retomada da geração de emprego no país, mas evitou antecipá-las ou comentá-las em detalhes aos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção:

Autor: Rafael Bitencourt, Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Indenização a transmissoras de energia já chega à tarifa

O pagamento de indenizações por ativos antigos de transmissão ainda precisa ser regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas a autarquia adotou ontem, no primeiro reajuste tarifário do ano, uma decisão que já mostrou os efeitos práticos dos desembolsos. A agência aprovou um aumento médio de 0,43% para a tarifa da Energisa (EBO), que atende cerca de 190 mil clientes na Paraíba. O cálculo já levou em conta o pagamento das indenizações. Se não fosse considerado, a tarifa teria sofrido uma redução média de 2,37%.

A remuneração das transmissoras pelas indenizações de investimentos antigos não amortizados, num total de R\$ 60 bilhões, deve começar em julho. O governo considera pouco provável uma reviravolta nesse processo, que impõe tarifas adicionais aos consumidores durante oito anos.

Apesar dos argumentos contrários das grandes indústrias, a expectativa é que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprove nos próximos meses a regulamentação da remuneração, que beneficia Eletrobras, Cemig, Copel, Celg G&T, CEEE e Cteep.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção:

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Remuneração às transmissoras não deve sofrer revés

O governo considera pouco provável uma reviravolta no processo de remuneração às transmissoras pelas indenizações por investimentos não amortizados em ativos antigos, da ordem de R\$ 60 bilhões, prevista para começar em julho, via cobrança na tarifa dos consumidores de energia por um período de oito anos.

Apesar dos argumentos contrários colocados pelas grandes indústrias, a expectativa é que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprove nos próximos meses a regulamentação da remuneração, definida pela portaria número 120 do ministério de Minas e Energia (MME), publicada em abril do ano passado, beneficiando Eletrobras, Cemig, Copel, Celg G&T, CEEE e Cteep.

"Dar previsibilidade sobre os regramentos do setor energéticomineral é um dos valores do Ministério de Minas e Energia. A portaria 120, publicada ainda no governo anterior, já gerou expectativas nos agentes e agora caberá à Aneel regular a matéria, que está em audiência pública, onde os interessados podem manifestar suas visões" informou o MME, ao Valor.

"O passado tem que ser previsível", afirmou uma fonte próxima ao ministro Fernando Coelho Filho, lembrando que a indenização foi determinada pela Medida Provisória 591, de novembro de 2012, e que as transmissoras só aderiram à proposta de prorrogação das concessões que venceriam em 2015 que ocasionou a redução das tarifas de energia na época após a edição dessa medida, que fez ajustes na MP 579, publicada dois meses antes. O montante de

indenizações beira os R\$ 60 bilhões quando considerada a atualização dos valores, que deveriam ter sido pagos há cinco anos.

É justamente o texto da MP 591 que é questionado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que reúne grandes companhias, como Vale e Gerdau. "Em 1995, os contratos de geração e transmissão foram prorrogados por 20 anos e a receita foi estabelecida em 2000. A lei 9.074 [de 1995] tem um artigo que diz que a receita estabelecida a partir da prorrogação é suficiente para amortizar os investimentos até o fim da concessão, em 2015. Foi por isso que o ministério, na primeira versão da MP [579], não previa indenização. Fui um crítico da MP, mas neste ponto ela estava certa", disse o presidente da Abrace, Edvaldo Santana, que era diretor da Aneel na época da publicação da medida.

Segundo o executivo, enquanto a Aneel prevê um aumento médio de 11% nas tarifas de energia, devido à remuneração das indenizações, o impacto total para os grandes consumidores será de um aumento médio de 25%. "Para algumas indústrias, dependendo do local onde se encontra, e o nível de tensão de atendimento, o aumento é de 50%. Em um momento desses, de recessão, desemprego, passar um aumento desses é impensável".

A Abrace calcula que o aumento médio da tarifa de transmissão de seus associados será de cerca de 200%. Santana explicou que a associação deve esgotar todas as possibilidades de recurso na esfera administrativa antes de avaliar sobre acionar a Justiça contra as indenizações. "Nossos fundamentos jurídicos são sólidos", disse. "Razões para irmos à Justiça, nós temos. Mas não queremos", disse ele.

Mário Miranda, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transmissão de Energia (Abrate), porém, contesta os argumentos da Abrace. Segundo ele, os ativos anteriores a maio de 2000 não estavam totalmente depreciados. Na prática, destacou, as transmissoras tiveram uma queda de receita de 69%, devido à Lei 12.783 (fruto das MPs 579 e 591). E, de acordo com cálculos da associação, mesmo com a remuneração das indenizações, a tarifa final do consumidor será 25% menor que aquela vigente antes da Lei 12.783.

"Não é correto, no meu modo de entender, dizer que o consumidor vai pagar. Ele está devolvendo aquilo que recebeu devido à MP 579, que fez com que as transmissoras perdessem 69% da receita, que foi para o consumidor. Todos

sabiam que ela um dia seria devolvida, não se sabia por quanto tempo. Agora saiu a regra", disse ele.

Para o presidente da Cteep, Reynaldo Passanezi, é baixa a probabilidade de os grandes consumidores conseguirem reverter o processo, porque a remuneração está prevista em lei, que determinou que as indenizações poderiam ser pagas com recursos públicos ou via tarifa. "É miopia achar que questionar uma lei vai ajudar o país", disse o executivo.

"Os consumidores podem questionar, mas isso vai prejudicar a confiança dos investidores", completou Bernardo Vargas Gibsone, presidente da colombiana ISA, controladora da Cteep.

Passanezi lembrou que, antes da MP 579, a relação entre receita anual permitida (RAP) e investimento nos leilões de transmissão era de cerca de 10%. Hoje, essa relação aumentou para 20%, indicando que os investidores estão cobrando mais e os consumidores estão pagando muito mais devido à instabilidade regulatória criada pela MP 579.

Especialistas do setor elétrico também acreditam que a indenização às transmissoras é legítima. "A MP [579] fez aquilo que era normalmente remunerado deixar de ser pago", afirmou Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Ele acrescentou que, dos 11% de aumento médio previsto na conta de luz, devido ao aumento da tarifa de uso do sistema de transmissão (Tust) repassada aos consumidores, 4,6 pontos percentuais decorrem diretamente da expansão da rede de transmissão nos últimos anos e não das indenizações.

A opinião é compartilhada por Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ. "A legislação prevê este tipo de indenização". Segundo ele, a única crítica ao tema é a demora em se definir a regra de pagamento das indenizações, "demora esta que desarticulou o segmento de transmissão, resultando em leilões vazios que criaram um problema para o planejamento da expansão do sistema elétrico brasileiro".

Outro sinal de que o pagamento às indenizações deverá ser mantido foi o fato de a Aneel incluir na proposta de revisão tarifária da Light, prevista para ocorrer em março, um percentual relativo à cobrança pela remuneração às transmissoras de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Aneel aprova venda Celg D**

A Aneel aprovou ontem a transferência do controle societário da Celg Distribuição (Celg D), atualmente detido pela Eletrobras, para o grupo italiano Enel. A mudança de controle deve ser formalizada em até 120 dias. A compra do controle societário da Celg D ocorreu em leilão realizado em novembro. A Enel fez a aquisição com um lance único de R\$ 2,1 bilhões. Atualmente, o quadro societário da Celg D é formado por 50,93% de participação da Eletrobras, 49% da Celg Par e 0,07% dos acionistas minoritários. Após a transação, a Enel Brasil assumirá a fatia majoritária de 94,84%, enquanto a Eletrobras ficará com os 5,16% restantes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Após cinco anos, ISA volta a investir em transmissão no Brasil**

Depois de cinco anos, a estatal colombiana Interconexión Eléctrica (ISA) voltou a investir no segmento de transmissão de energia no Brasil, acreditando no compromisso do governo de pagar as indenizações bilionárias devidas à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), da qual o grupo é controlador.

"Acreditamos na promessa do governo. Eu havia me comprometido que, se a indenização fosse paga em termos justos, olharíamos novamente investimentos no Brasil", disse, em entrevista exclusiva ao Valor, o presidente da ISA, Bernardo Vargas Gibsone.

Esse voto de confiança aconteceu depois que o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou, em abril do ano passado, as regras do pagamento das indenizações, que se referem aos ativos antigos de transmissão que tiveram as concessões renovadas pela Medida Provisória (MP) 579, de 2012.

A Cteep tem um valor homologado a receber de R\$ 3,9 bilhões, mas ainda questiona o montante na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A companhia pleiteia receber R\$ 5,1 bilhões.

Apesar de ainda discutir o montante, a definição das condições do pagamento bastou para que a empresa retomasse investimentos no país. Desde então, a

Cteep participou do leilão de transmissão do fim do ano passado, no qual arrematou três lotes e se comprometeu a investir R\$ 1,14 bilhão. Nos últimos dias de 2016, a ISA anunciou um acordo para compra de uma participação no controle da Taesa, por pouco mais de R\$ 1 bilhão.

"Para nós, a instabilidade jurídica era um grande obstáculo para os investimentos no Brasil, junto das indenizações. Agora, os grandes temas foram resolvidos", disse o executivo.

Além da definição do pagamento, que será feito em oito anos, por meio das revisões tarifárias, a mudança política também ajudou a dar "conforto" para a ISA no Brasil, disse ele. "Confiamos que o processo político de reforças no Brasil será exitoso, apostamos nisso", afirmou.

A mudança de postura no Brasil é significativa. A Cteep, que é controlada pela ISA desde sua privatização, em 2006, estava longe dos leilões desde 2011.

Os investimentos não param por aí. Segundo Gibsone, a ISA chegou a avaliar vários ativos no país desde abril, inclusive pertencentes à Eletrobras. Sem falar de operações específicas, o presidente da estatal colombiana disse não descartar fusões e aquisições no Brasil. Segundo ele, a ISA considera crescer sua presença aqui tanto em ativos existentes (chamados "brownfield") quanto ativos novos ("greenfield").

"Olhamos com carinho o próximo leilão de transmissão", afirmou o presidente da ISA. A disputa, que deve acontecer em abril, deve oferecer 34 lotes aos investidores, somando investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões.

A ISA chegou a avaliar um investimento na espanhola Abengoa. "Olhamos ativos no Brasil e no Peru e também uma participação na companhia na Espanha, mas não vimos nada interessante. Muitos problemas. Temos outros ativos em vista muito bons, sem problemas", explicou.

A Cteep não descarta novas parcerias com a Taesa, como aconteceu no leilão de outubro do ano passado. Segundo Reynaldo Passanezi, presidente da Cteep, além de diluir o risco, essas parcerias ajudam na questão financeira. "Juntas, Cteep e Taesa ficam mais competitivas no financiamento, ainda mais considerando a redução do papel do BNDES", explicou.

Uma parceria além disso, porém, ainda não é vislumbrada pelas companhias. Segundo Vargas, não houve conversas sobre uma aquisição da fatia da Cemig no controle da Taesa. A estatal mineira tem 31,54% do total das ações da transmissora. Depois de concluída a operação de compra, a ISA ficará com 26% das ações ordinárias da companhia, ou 14,9% do capital total.

Na Cteep, a ISA tem 36,7% das ações totais, sendo 89,5% das ações com direito a voto. A segunda maior sócia é a Eletrobras, que tem 35,4% do total das ações e 9,8% das ordinárias.

"Estamos tranquilos de ser parceiros da Cemig", disse Gibsone. Segundo ele, houve conversas com a empresa antes da decisão de entrar no controle da Taesa. "A visão de futuro da ISA e da Cemig são iguais para a Taesa", disse.

A expectativa é que a aquisição da Taesa só seja concluída entre junho e julho deste ano, depois do leilão de transmissão de abril.

Para futuros leilões de transmissão, a ISA considera participar por meio da Cteep ou da Taesa, ou por parcerias entre as duas, dependendo da área de interesse. "As duas companhias têm parceiros importantes, Eletrobras e Cemig. É muito importante olhar qual parceiro tem a visão mais próxima da nossa para cada ativo", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel já autoriza cobrança no reajuste para Energisa

O pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão ainda precisa ser regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas a autarquia tomou ontem, no primeiro reajuste tarifário do ano, uma decisão que já mostrou os efeitos práticos dos desembolsos.

A diretoria da agência aprovou um aumento médio de 0,43% para a tarifa da Energisa Borborema Distribuidora de Energia (EBO), que atende cerca de 190 mil unidades consumidoras de Campina Grande, na Paraíba, e outras cinco cidades do interior do Estado. O cálculo já levou em conta o pagamento das indenizações. Se não fosse considerado, a tarifa média da concessionária teria sofrido uma redução média de 2,37%.

A mudança passa a valer a partir do próximo sábado.

A diretoria da Aneel havia indicado que não iria reconhecer o valor das indenizações na tarifa da distribuidora, pois a forma de repasse do custo para as contas de luz ainda precisa ser aprovada pela diretoria da autarquia.

Com isso, o acerto seria feito apenas a partir do reajuste tarifário de 2018. Durante a reunião de ontem, um representante da companhia falou sobre a dificuldade que a distribuidora teria para "carregar" o custo da indenização até

o próximo reajuste - o valor seria cobrado dos consumidores corrigido pela taxa Selic. Por fim, a diretoria da Aneel decidiu incluir a indenização no reajuste desse ano.

No ano passado, a Aneel estimou que as indenizações deveriam onerar as contas de luz em R\$ 65 bilhões, ao longo dos oito anos em que serão pagas por meio das tarifas.

As novas tarifas da Energisa Borborema foram aprovadas pelo processo de revisão tarifária periódica. Diferentemente do reajuste tarifário anual, as revisões das distribuidoras ocorrem, em geral, a cada quatro anos com objetivo de aperfeiçoar a estrutura de cálculo das tarifas.

No ano passado, a própria Aneel já havia previsto que os consumidores industriais (alta tensão) arcariam com a maior parte do custo das indenizações. No caso da Energisa Borborema, os grandes consumidores, que contariam com uma alta de apenas 0,85%, contarão com o aumento de 5,44% ao considerar o impacto das indenizações.

Os pequenos consumidores residenciais e de comércio de pequeno porte (baixa tensão) são afetados em menor proporção, como ocorreu com a Energisa Borborema. A redução prevista nas contas de luz deste segmento foi mantida, mas teve que ser atenuada. Essa tarifa ficaria mais barata em 3,91% sem a indenização, mas, ao inclui-la, a queda ficou em apenas 1,97%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Ano novo chinês ajuda os preços do minério e dos metais

O início de ano foi melhor para minério de ferro e metais não ferrosos do que para o petróleo, dentro do complexo de commodities industriais. Sinais da China continuaram a impulsionar as matérias-primas metálicas, enquanto as perspectivas do programa de infraestrutura de Donald Trump, novo presidente dos Estados Unidos, também reforçaram a expectativa de demanda. A recomposição de estoques nos portos chineses na antecipação ao Ano Novo Lunar também ajudou. No lado do petróleo, contudo, o retorno de produtoras do xisto americano e dúvidas sobre o consumo global reacenderam o sinal amarelo da sobreoferta para investidores.

O minério com teor de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao, na China, fechou janeiro cotado em US\$ 83,34 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A alta no mês foi de 5,7%. Surpreendentemente, nos últimos dois meses o insumo

tem demonstrado uma resistência que não era esperada - e exatamente por isso as projeções estão sendo elevadas.

O Barclays aumentou a previsão de média para 2017, de US\$ 51,30 para US\$ 62,50; o Citi, de US\$ 56 para US\$ 65; a Moody's, de US\$ 45 para US\$ 60; e a S&P Global Ratings, de US\$ 50 para US\$ 55. Levantamento feito pelo Valorcom 14 instituições financeiras apontava para US\$ 50 há alguns meses. Agora a estimativa é de US\$ 58.

Para Carsten Menke, analista do banco suíço Julius Baer, no curto prazo o cenário para o minério segue positivo. Os problemas de fornecimento dos países que mais produzem a matéria-prima no mundo, Austrália e Brasil, por conta da temporada de ciclones e chuvas, respectivamente, deve impedir o excesso de oferta. "Isso se alia ao aumento da demanda chinesa com a mais elevada produção chinesa de aço após o Ano Novo Lunar", diz.

Durante esta semana toda, o feriado do Ano Novo na China segura a produção siderúrgica e os negócios com minério. Com isso, Menke vê força até praticamente o fim deste trimestre, quando a retomada da oferta e o arrefecimento da procura pela commodity devem causar inversão da tendência. A projeção do analista para o fim de abril é de US\$ 60.

Janeiro foi também período de alta para metais não ferrosos. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), os contratos futuros de três meses do cobre subiram 8,9% no mês, para US\$ 5.989 a tonelada, e o alumínio avançou 6,2%, para US\$ 1.819. O níquel, porém, sofreu leve queda de 0,5%, terminando em US\$ 9.955.

No caso do cobre, continuam fortes as expectativas quanto as despesas de Trump com infraestrutura e o reaquecimento da construção nos EUA. Além disso, os trabalhadores de Escondida, no Chile maior mina de cobre do mundo, ameaçam entrar em greve pela falta de acordo em relação a salários. A sobreoferta seria mais aliviada pela projeção da BHP Billiton, terceira maior produtora global, de reduzir sua extração.

Já para o alumínio primário, animaram os investidores as notícias vindas da China de que o país deve reduzir sua capacidade em cerca de 3,3 milhões de toneladas, o que aumentou a aposta na alta do metal. O níquel é pressionado, na outra ponta, por uma expectativa de fornecimento excessivo depois que a Indonésia decidiu relaxar uma proibição de três anos sobre as exportações da commodity.

Com um potencial de alta já considerado limitado por analistas, o petróleo caiu em janeiro. O preço do barril continuou beneficiado, por um lado, pelo corte de

produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), mas a ameaça do xisto americano e dúvidas sobre consumo mundial derrubaram o preço.

O segundo contrato do Brent, negociado em Londres, caiu 3,32% durante o mês, para US\$ 55,58. Em Nova York, o segundo contrato do WTI recuou 2,27% em janeiro, para US\$ 53,42.

Em 13 semanas, a contagem de sondas exploratórias em atividade nos EUA subiu durante 12 delas. "Isso torna mais difícil a tarefa da Opep de usar os cortes para recuperar o equilíbrio no mercado", afirmou o Commerzbank em relatório.

"A demanda continua fraca e vemos estoques aumentando nas próximas semanas", informa o Julius Baer. "O que não falta agora é fundamento para uma realização de lucros no mercado futuro".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Mineradora tem de fazer "dever de casa" para crescer

Diante da eminência de uma nova rodada de cortes de custos, ainda falta dever de casa a fazer em termos de eficiência para as mineradoras chegarem com mais chance de se sustentar quando o mercado atingir o reequilíbrio, entre 2018 e 2019. Essa é a opinião de Marcos Aguiar, sócio sênior do Boston Consulting Group (BCG). Os ajustes de gastos começaram após a rápida queda dos preços das commodities em 2014.

Em entrevista ao Valor o especialista em mineração afirma que é a hora de uma nova fase de reduções de gastos. Uma das principais alavancas de rentabilidade, explica, se encontra na cadeia de fornecimento. Renegociações de contratos, fretes da mina ao porto e do porto ao destino de entrega e potenciais centros de distribuição em outras regiões seriam fatores para ajudar as mineradoras, diz.

O BCG publicou, no fim de 2016, um estudo sobre as medidas necessárias para o setor recuperar a confiança dos investidores. Nesse relatório, a consultoria elege três pontos como essenciais: resolver a deterioração financeira das companhias, recuperar o "direito a crescer" e desenvolver uma tese de investimento atrativa para o futuro.

Sobre reparar as finanças, por exemplo, a instituição argumenta que apesar da queda nos investimentos recentemente, o nível ainda está alto em relação ao fluxo de caixa operacional. Em 2015, por exemplo, foram US\$ 84 bilhões, com previsão de US\$ 82 bilhões no ano passado - o corte é superficial. "As companhias precisam alinhar a estratégia de negócios com a financeira", diz Aguiar.

É assim, opina o BCG, que as mineradoras vão conquistar o "direito de crescer". Isso significa possuir musculatura financeira suficiente para aumentar investimentos e expandir os negócios. Com uma posição melhor de custos e geração de caixa sustentável, o orçamento das empresas pode ser mais robusto, observa o sócio da consultoria. "Tirando o processo orgânico de crescimento, esse 'direito' está condicionado a fazer o dever de casa."

Aguiar sustenta uma tese que, desde o ano passado, especialistas articularam: de que o superciclo da commodities deixou as mineradoras relativamente preguiçosas. O estudo do BCG mostra que de 2005 a 2010 os custos do setor já representavam mais de 60% das receitas, chegando a 70% em 2014. No ano passado, a situação ficou mais crítica ao atingir 75%. O levantamento foi feito com as 55 maiores companhias do mundo.

Essa deterioração tem relação tanto com o menor volume de receitas das empresas por conta da desvalorização das commodities, quanto com a posição confortável demais durante o "boom" de preços da última década. Quando iniciaram o processo de enxugar essa estrutura, as mineradoras ainda foram beneficiadas por uma valorização do dólar - a maioria das produtoras possui moeda funcional emergente, o que acelerou o corte em dólares -, mas ainda assim as margens estão extremamente baixas.

"As mineradoras demoraram demais para atuar no corte de custos, o que causou a maior parte de seus dilemas quando o preço das matérias-primas começou a cair", opina Aguiar. "Agora, o que houve foi uma atuação muito rápida em despesas operacionais, mas é necessário mexer nos custos de venda. É aí que você verá a diferença entre os concorrentes."

Com essa postura de eficiência e a tendência de priorizarem criação de valor e não só expansão de volumes - como o BCG aposta que continuará sendo o caso em 2017 -, o setor pode voltar a atrair maior fluxo de capital. Em termos de fusões e aquisições, o maior interesse seria de fundos de participações, de "private equity", e veículos chineses.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho e Rodrigo Rocha****Título: Justiça suspende venda de ativo da Petrobras**

A Justiça Federal de Sergipe concedeu liminar determinando a suspensão da venda pela Petrobras da Petroquímica Suape e da Citepe, para a mexicana Alpek. Com a decisão, a Petrobras teve de retirar a apreciação do negócio, de US\$ 385 milhões, da pauta da assembleia geral extraordinária de acionistas, realizada ontem, no Rio, e que aprovou apenas a venda da Liquigás para o grupo Ultra, por R\$ 2,7 bilhões.

"A Petrobras está tomando as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores", informou a petroleira, em comunicado sobre a liminar da Justiça. O Valor apurou que a área jurídica tentou reverter a decisão a tempo da realização da AGE, porém sem sucesso.

A liminar contra a venda dos ativos petroquímicos foi o segundo revés enfrentado pela Petrobras com relação ao plano de desinvestimentos em pouco mais de uma semana. No dia 23, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso movido pela petroleira contra liminar da Justiça de Sergipe que suspendeu a venda de participação nos campos de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e Baúna, na Bacia de Santos, para a australiana Karoon. No ano passado, a Justiça de Sergipe já havia suspenso também o processo de venda da BR Distribuidora.

Ainda são alvo de ações na Justiça de Sergipe, movidas pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro-AL/SE), as vendas da Liquigás para o grupo Ultra, da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio liderado pela Brookfield, da BR, de nove campos em águas rasas em Sergipe e Ceará e do Projeto Topázio, que envolve 104 campos terrestres.

Entre as sete ações ajuizadas na Justiça, a Petrobras já conseguiu reverter liminares que suspendiam as vendas dos campos em águas rasas e do Projeto Topázio. Nesse último caso, porém, o recurso da Petrobras foi parcialmente acatado. Segundo o Sindipetro-AL/SE, a estatal foi liberada a continuar com a negociação dos campos, mas ainda está impedida de fechar o contrato.

A ação contra a venda da Liquigás foi negada pela Justiça de Sergipe, mas o sindicato pretende entrar com recurso contra a decisão. E a ação relativa à NTS ainda não foi analisada pela Justiça.

Em paralelo, permanece o questionamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com relação ao plano de venda de ativos da Petrobras. O órgão, no entanto, liberou a conclusão de cinco negócios em estágio avançado: as vendas da Petroquímica Suape e da Citepe, dos campos de Baúna e Tartaruga Verde e dos ativos em águas profundas no Golfo do México, a alienação da participação de 45,9% do capital da Guarani para a Tereos (já aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade) e o processo de venda de participação de 49% na usina sucroalcooleira de Nova Fronteira.

Uma equipe de auditores do TCU participou ontem da AGE realizada pela Petrobras.

O plano de venda de ativos da Petrobras atingiu de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015/2016, ante a meta de US\$ 15,1 bilhões. O montante remanescente foi incluído na meta para o biênio 2017/2018, que passou para US\$ 21 bilhões.

MME / ASCOM